



# Moro, logo insisto: poética, resistência e autonomia no espaço público.

## Camila Matos Fontenele, Luna Esmeraldo Gama Lyra, Anna Lúcia dos Santos Vieira e Silva

**Como citar esse texto:** FONTENELE, C. M.; LYRA, L. E. G.; SILVA, A. L. S. V. Moro, logo insisto: poética, resistência e autonomia no espaço público. **VIRUS**, São Carlos, n. 10, 2015. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus10/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: dd mm. aaaa.

**Camila Matos Fontenele** é arquiteta e urbanista. Estuda espaços públicos e autogestão, design gráfico, desenho editorial.

**Luna Esmeraldo Gama Lyra** é arquiteta e urbanista. Estuda espaço público, planejamento urbano, instrumentos de regulação e gestão, autogestão e espaços livres urbanos.

**Anna Lúcia dos Santos Vieira e Silva** é arquiteta e urbanista. Doutora em Espaços Públicos e Regeneração Urbana. Professora adjunta da Universidade Federal do Ceará (UFC). Estuda espaços públicos, processo de criação, educação, arte urbana e design social.

### Resumo

O sentido de faça-você-mesmo se revela no presente artigo ao abordar uma produção autônoma do espaço público como possibilidade de resistência a um projeto urbano hegemônico. São levantadas reflexões sobre a relação que se estabelece entre dois grupos atuantes pelo direito à cidade, a comunidade Lauro Vieira Chaves — então ameaçada de remoção — e o Canto, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará. A partir dos conceitos de tática e horizontalidade, esta relação é observada em sua articulação enquanto potência de reivindicação por meio da apropriação artística e afetiva dos espaços públicos urbanos.

**Palavras-chave:** espaço público; autonomia; intervenção artística; remoções urbanas; resistência.

## Comunidade Lauro Vieira Chaves

[...] a despeito de sermos o que somos podemos também desejar ser outra coisa. Nisso o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência *naquele* espaço exerce um papel revelador sobre o mundo. (SANTOS, 2001, p. 114, grifo do autor).

Quem vai do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Ceará para a comunidade Lauro Vieira Chaves (LVC) percorre um caminho simples: a linha que segue a Avenida 13 de Maio, sentido Sertão, e uma curva à direita na Avenida Expedicionários até o fim. Quando acaba esta avenida, começa a comunidade, uma trama de ruelas com um único caminho que permite a passagem de veículos pequenos. Perpendicular à Avenida Expedicionários, a Rua Lauro Vieira Chaves delimita uma das arestas, enquanto a outra é demarcada por um muro e uma vasta área vazia, quase quintal do Aeroporto Internacional Pinto Martins. Esgoto a céu aberto, empenas cegas, janelas, portas, muretas e portões em ruelas muito estreitas. Sempre há crianças brincando, pessoas de passagem, bicicletas estacionadas, roupas em varais improvisados e alguém sentado à porta, em alguma sombra. Talvez porque tenha surgido há quarenta anos e se mantido discreta, talvez por ter garantido, até então, o desinteresse especulativo a seu favor.

Até 2013, famílias de 203 moradias da comunidade LVC (DIÁRIO DO NORDESTE, 2014) sofriam ameaças de remoção devido à possibilidade da passagem de um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que atravessaria mais outras 11 comunidades, de acordo com a matriz de responsabilidade para obras prevista para a Copa do Mundo de 2014, que teve a cidade de Fortaleza como uma de suas sedes. Por configurar-se como um assentamento informal, os moradores não possuem ainda o direito de propriedade sobre o terreno, o que culminou em negociações de indenização com valores muito abaixo dos correspondentes ao mercado imobiliário. Como alternativa, a proposta governamental previa o reassentamento das famílias em um conjunto habitacional com 5.536 apartamentos ainda em construção até o presente momento, que deveria receber pessoas advindas de diversas outras comunidades.

No início de 2014, por meio de negociações com a prefeitura, a comunidade logrou a revisão do projeto, o que possibilitou a redefinição do desenho do curso do VLT. Desta maneira, o número de moradias impactadas foi reduzido para 66, com a garantia de reassentamento próximo.



Fig. 1: Intervenção de muralismo realizada por moradores da comunidade LVC. Fonte: Camila Matos Fontenele, 2012.

Em 2012, neste contexto de grandes transformações urbanas em Fortaleza, moradores da comunidade LVC acionaram a Defensoria Pública da União, que viabilizaria processos de usucapião para os moradores da comunidade. Para tanto, seria necessário um parecer técnico com levantamentos de cada um dos lotes. A Defensoria buscou então o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (DAU-UFC), que encaminhou a demanda ao Canto - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo. O Canto, como programa de extensão, caracteriza-se pela autogestão estudantil e oferece assessoria técnica em arquitetura e urbanismo para movimentos sociais e comunidades organizadas de baixa renda.

Este artigo se propõe a refletir sobre a relação estabelecida entre dois grupos militantes pelo direito à cidade — comunidade LVC e Canto — e como suas ações se articulam como potência de reivindicação por meio da apropriação artística e afetiva de espaços públicos. Pretende a partir desta reflexão discutir como a arte pública pode se manifestar como resistência a um projeto hegemônico de cidade, em um processo autônomo de produção do espaço urbano.

### **Construção da autonomia e extensão universitária**

Para compreender como a relação entre Canto e comunidade LVC se estabelece em um processo autônomo e resistente, é preciso antes abordar o modo de fazer extensão universitária constituído entre esses dois grupos. A extensão universitária enquanto possibilidade de comunicação com a sociedade permite repensar a universidade como lugar apartado e exclusivo da produção de conhecimento. Permite ainda o reconhecimento do contexto em que se insere como elemento fundamental de uma prática e da reflexão teórica sobre a realidade. Neste sentido, o que se defende no entendimento da extensão como comunicação é a construção de uma universidade popular orientada para o interesse social.

Desta forma, as fronteiras são diluídas e o encontro entre diferentes tipos de conhecimentos, lugares, saberes e relações humanas, ganham equivalência e legitimidade. O encontro que a permeabilidade permite possibilita não apenas a

transformação e construção de pensamentos, mas do próprio espaço público, quando o foco são as questões urbanas.

Boaventura de Sousa Santos (2004, p. 68), em seu trabalho "A Universidade no séc. XXI", atenta para a urgência da Universidade se reconhecer inserida nas dinâmicas locais como instrumento para a construção de um novo modelo de produção do conhecimento, cuja validade se realiza na medida em que emanada sociedade.

[...] Porque a sociedade não é uma abstração, esses desafios são contextuais em função da região, ou do local e, portanto, não podem ser enfrentados com medidas gerais e rígidas. A responsabilidade social da universidade tem de ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para as impor. (SANTOS, B. 2004, p.68)

A troca entre grupos autônomos que buscam a transformação da realidade urbana em uma estrutura de reciprocidade não-hierárquica remetem ao conceito de horizontalidade, definido por Milton Santos (2001, p.108) como "zonas da contiguidade que formam extensões contínuas". Este conceito também pode ser apropriado para a compreensão das relações: universidade e o contexto onde se insere; aluno e professor; alunos entre si, em diferentes etapas de formação; estudantes e comunidades atuantes integrantes dos projetos de extensão.

Especificamente nos cursos de arquitetura e urbanismo, a correspondência entre a teoria e a prática se torna imprescindível, uma vez que espaço, lugar e território, são objetos de estudo e parâmetros para criação, projeto e construção de novas espacialidades. Lina Bo Bardi menciona que para os cursos de Arquitetura e Urbanismo,

"[...] a teoria se identifica com a prática, sendo a prática demonstrada racional e necessária através da teoria e, por sua vez, a teoria realística e racional demonstrada através da sua prática". (BARDI *apud* RUBINO; GRINOVER, 2009, p.82)

Com a abertura política no Brasil, no início da década de 1990, algumas discussões fomentadas por estudantes vem à tona, especialmente nos cursos de arquitetura e urbanismo, questões que dizem respeito ao papel da extensão universitária e sobre um maior comprometimento social como encargo profissional. Como consequência, nasce o projeto extensionista do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), a partir de um trabalho militante e voluntário, de estudantes. Desde então, Escritórios Modelo foram criados em universidades de Arquitetura e Urbanismo pelo Brasil, com especificidades metodológicas e estruturais inerentes a cada contexto, ainda que dentro de uma unidade em termos de objetivos e uma constante revisão e atualização dos princípios que os fundamenta, a partir da experiência crítica e seu compartilhamento entre os estudantes.

Dentre os princípios que regem a atuação dos EMAUs, ressalta-se: a horizontalidade na troca de conhecimentos entre aqueles envolvidos; o entendimento da extensão como comunicação emancipatória; o compromisso com a reflexão crítica sobre a realidade; e a busca por identificar e responder a demandas coletivas apartadas da atuação do Estado e da iniciativa privada. Assim possibilitam a potencialização das reivindicações, demandas, resistências e conquistas das localidades onde atuam.

Anualmente, esse processo se revitaliza em um Seminário Nacional (SeNEMAU) que congrega participantes de EMAUs e interessados. São realizados momentos de

discussão, mesas redondas, conversas temáticas mediadas, palestras, oficinas, momentos de vivência e intervenções.

Ao longo do trabalho realizado em parceria com a comunidade LVC e a Defensoria Pública do Estado do Ceará, o Canto organizou e sediou o XVI Seminário Nacional de Escritórios Modelo (SeNEMAU) em agosto de 2012. O evento possibilitou que esta colaboração se estendesse em direção a outras questões relacionadas à resistência, à identidade e ao sentido de pertencimento dos moradores. Dentre as atividades propostas, um mutirão na comunidade foi construído a partir do desejo daqueles que ali habitam em reforçar e somar às reivindicações de permanência no lugar que reconhecem como território próprio.

Até então, esse desejo se fazia enquanto militância política por uma fração específica de moradores, essencialmente homens adultos e trabalhadores, a partir da organização no âmbito de movimentos sociais, partidos políticos e vias institucionais. Com a construção do mutirão — e crescente integração entre os moradores unidos por esta nova ameaça de remoção, de maior repercussão —, é possível observar uma diversificação das formas de militância incorporando outras frações de moradores e outros modos de engajamento e resistência.

Todo o mutirão foi construído a partir de grupos de trabalho compostos por moradores (crianças, adultos e idosos), estudantes de diversos EMAUs e diversos colaboradores espontâneos militantes do direito à cidade.

Foram propostos três eixos de ação: "Espaços Públicos", "Arte e Resistência Urbana" e "Comunicação Comunitária". Em "Espaços Públicos" foram abordados principalmente aspectos paisagísticos. O trabalho de "Arte e Resistência Urbana" se dedicou ao muralismo e o grupo de "Comunicação Comunitária" realizou uma série de entrevistas em todas as habitações e desenvolveu uma proposta de rádio comunitária. Foram realizadas intervenções de pintura; canteiros foram construídos em áreas anteriormente impermeabilizadas e localizados os pontos de locação dos auto-falantes para futura instalação da rádio.



Fig. 2: Moradores da comunidade LVC durante mutirão do XVI SeNEMAU. Fonte: Anna Lúcia dos Santos Vieira e Silva, 2012.

Findado o evento, os estudantes e os moradores participantes da comunidade

mantiveram contato e se propuseram a dar continuidade às ações. A partir dos trabalhos realizados no eixo "Arte e Resistência Urbana" e "Espaço Público", foi elaborado em 2013 um projeto de extensão universitária, "Se essa rua fosse nossa", também vinculado ao Canto. A proposta consistiu em trabalhos de intervenções co-criativas e participativas com a intenção de qualificar os espaços públicos, muros e caminhos da comunidade; realizar um documento com todo processo de resistência da comunidade para que possa ser apresentado às instâncias públicas, além de integrar os alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Curso de Design da UFC com os moradores da comunidade Lauro Vieira Chaves em processos educativos, através do levantamento de novas demandas, intervenções artísticas e interações com a comunidade favorecendo, assim, sua visibilidade.

### **Esfera pública e a cidade como suporte de resistência**

O conteúdo das imagens nas intervenções murais foi criado a partir da observação da situação existente e do sentido de resistência em permanecer no local, já manifestado em uma pintura anterior ao evento. A intenção de se fazer visível aos órgãos públicos está clara.

Seriam públicos os espaços sociais? Espaços podem ser considerados meios de comunicação? Antes de localizarmos as ações estudadas como uma forma de apropriação do espaço público para manifestação de opinião pública, na esfera pública, acreditamos que é necessário esclarecer os conceitos que envolvem o sentido de "público". Em um estudo aprofundado, Laval (2005) apresenta três linhas de interpretação do termo público que partem de seus opostos.

Primeiro, a idéia do público que se opõe à privacidade e por isso implica abertura, ausência de restrições de entrada, acesso ou passagem livre, que se relaciona ao convívio social. Em segundo, o sentido da palavra público que se opõe à propriedade. Seria o que se relaciona aos interesses gerais e é, portanto, associado ao Estado e à vida política.

Por fim, apresenta o público que se opõe à particularidade, ao restrito ou não difundido, seria o que é divulgado, publicado. Aqui também se encaixa o sentido de audiência, pessoas para quem algo é transmitido, que recebem a transmissão, ou assistem um evento.

Habermas (2003) chama de "públicos" os eventos acessíveis a todos, acrescenta o sentido relacionado ao Estado, o "poder público" como responsável por proporcionar o "bem público", dos cidadãos. O autor continua com o que diz ser o emprego mais frequente dessa categoria:

(...) no sentido de opinião pública de uma esfera pública revoltada ou bem indignada ou informada, significados estes correlatos a público, publicidade, publicar. O sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública; a sua função crítica é que se refere à 'publicidade'. (HABERMAS, 2003, p.14)

É habitual que haja confusão quando se pretende entender o que vem a ser espaço social, espaço comunicativo, espaço cultural, espaço político. Para cada uma das amplitudes espaciais mencionadas existem âmbitos das ciências humanas responsáveis por identificá-las e principalmente, localizá-las. Aqui todos estes espaços abstratos serão situados em um único termo: esfera pública.

A partir do parâmetro das transformações da esfera pública que Habermas (2003) nos oferece nas passagens do século XIX ao XX, podemos estudar o sentido de uma nova estruturação que acontece em diferentes níveis, como ação sociocultural espontânea, voluntária, insubmissa e autônoma.

Acreditamos que a visibilidade, a abrangência e o potencial que a arte espontânea na rua possui, seja suficiente para discutirmos sua localização na esfera pública, do ponto de vista de uma ação urbana, social, cultural, comunicativa e militante. É a ação que se manifesta enquanto opinião e posicionamento de um grupo social que se apropria de muros na cidade, na construção de lugares, na adaptação e setorização de limites territoriais ou na simples expressão gráfica, em espaços públicos nem sempre autorizados.

Se pensamos as ações realizadas na Lauro Vieira Chaves em um sentido político, como uma postura específica no espaço público que se manifesta de forma comunicativa, fazemos uma conexão com o que Deutsche (2001) caracteriza como arte pública, porque opera e se apresenta na esfera pública:

Seja adotado ou recusado o modelo habermasiano, uma arte pública, em contraste com um público artístico, não é uma entidade preexistente, mas emerge e é produzida por sua participação em uma atividade política. (Deutsche, 2001, p. 310, tradução nossa.)<sup>1</sup>.

Desta maneira há uma atualização do termo esfera pública por sua implicação não apenas comunicativa, com uma abrangência de opinião pública ou através de um meio de comunicação aberto, mas também por um posicionamento político, a manifestação de uma opinião e um desejo que é um direito, como uma forma de legitimidade social.

### **O sentido da apropriação**

Desde o momento em que qualquer lugar é potencialmente transformável em espaço público ou privado, a arte pública pode ser entendida como um instrumento que, ou ajuda a produzir o espaço público, ou questiona um espaço dominado que o Estado decreta como público. (Deutsche, 2001, p. 310, tradução nossa)<sup>2</sup>.

A marcação de território e a construção de lugares na arte pública se dão através da apropriação do espaço público. A palavra apropriação é usada de diferentes formas por autores que discutem a dominação e o controle do ambiente urbano e as diferentes formas de agir em relação a estes domínios.

Na Lauro Vieira Chaves, a intervenção urbana se deu no espaço público interno à comunidade. Parece um pouco contraditório falar de apropriação do espaço público quando o que ocorre é uma utilização diferenciada de um espaço que já é previamente utilizado e entendido como pertencente a todos os que ali convivem. No entanto, a atividade coletiva e criativa implica em um fortalecimento do sentido comunitário e o espaço público dentro da comunidade ganha outra qualidade e significado quando é transformado dentro de um propósito em comum, no caso, a resistência em permanecer no lugar.

Pol (1996) discute a apropriação através de dois componentes que interagem: a identificação simbólica e a ação-transformação. Na comunidade Lauro Vieira Chaves emerge um tipo de ação, que vem determinada pela identificação e delimitação de um território próprio que, uma vez ameaçado, reverbera como uma reivindicação de permanência onde a vontade e a ação autônoma são determinantes.

Na busca de um melhor entendimento sobre o termo apropriação em seus diferentes matizes, Rosalyn Deutsche (2001), além de situar questões do espaço

<sup>1</sup> Do original: "Tanto si sigue como si rechaza el modelo habermaziano, significa que un arte público, por contraste con un público artístico, no es una entidad preexistente, sino que emerge a través de, es producido por, suparticipación en una actividad política"

<sup>2</sup> Do original: "Desde el momento en que cualquier lugar es potencialmente transformable em espacio público o privado, el arte público puede entenderse como un instrumento que, o bien ayuda a producir espacio público, o bien cuestiona un espacio dominado que la oficialidad decreta como público."

público e os poderes que o gestiona, esclarece os usos e significados do termo apropriação usados por Lefort, Lefebvre e de Certeau.

Primeiro, o espaço urbano é apresentado como uma unidade composta de fundamentos substantivos onde qualquer ação, para fins particulares, é benéfica se a utilização do espaço for de fundamento absoluto que, segundo a autora, são: as necessidades humanas; a configuração e evolução orgânica das cidades; o progresso tecnológico; as formas de organização social naturais e os valores morais objetivos.

Em seguida, a justificativa deste fundamento, autoriza o poder estatal a exercer um poder sobre os espaços públicos. Daí surge a incompatibilidade do poder público com valores e necessidades do povo.

Aqui nasce o primeiro sentido de apropriação, usado por Lefort (apud DEUTSCHE, 2001) para afirmar a tomada de posse do espaço público pelo poder público, cuja pretensão é "ocupar, no sentido de preencher, tomar posse de, tomar posse ocupando o lugar do poder que em uma sociedade democrática é um lugar vazio". (DEUTSCHE, 2001, p. 297, tradução nossa)<sup>3</sup>; ainda que Lefort não negue a importância do processo político nas tomadas de decisões, o sentido da apropriação equivale a uma estratégia não democrática que se auto legitima e outorga ao espaço público um significado incontestável, que deriva em sua clausura.

Este sentido de agenciamento e controle do espaço público por parte de um poder que se coloca indiferente às necessidades sociais, Lefebvre chama de dominação e de Certeau de estratégia (LEFEBVRE; CERTEAU apud DEUTSCHE, 2001), quando um ente detentor do poder postula um determinado lugar como próprio.

A apropriação usada por Lefort é oposto à usada por Lefebvre (apud DEUTSCHE, 2001). Enquanto para Lefort a apropriação é uma ação que parte do poder estatal, para Lefebvre denota a ação contra este poder. É este o sentido que usaremos neste trabalho, a apropriação como uma tomada de posse vinda da sociedade, de grupos ou indivíduos que ocupam alguma parte do espaço público e o transformam a sua revelia, de forma crítica ou não autorizada, equivalente, portanto, aos modos de fazer de Certeau, mais especificamente às táticas, que levam em consideração a diferença e a exclusão e expõe o poder onde esteve ocultado.

A arte de resistência pode ser entendida como uma forma de apropriação do espaço público. Os lugares recebem a intervenção de acordo com as escolhas e necessidades específicas na transmissão de um conteúdo com teor reivindicativo.

Assim se dá o processo de construção de território que pode alcançar patamares de reconhecimento entre os grupos e de visibilidade de um determinado conteúdo ou demanda. A marcação de território também pode ressaltar e fortalecer o sentido de pertencimento e de localidade.

Por um lado a comunidade Lauro Vieira Chaves se apropria do muro para manifestar sua resistência em permanecer no lugar. De outro, na interação entre os moradores e os envolvidos no SeNEMAU, a resistência se faz potente, a imagem inicial é reapropriada e todo o entorno transformado com pinturas, mudas de plantas e reforma do caminho do esgoto a céu aberto. Dessa forma, o sentido de comunidade e de território se fortalecem no processo. Em um terceiro momento, as atividades de transformação do espaço público passam a ser geridas apenas pela comunidade. Com a conquista de moradia, a resistência dos *graffitis* já não era mais necessária e a autonomia da comunidade se revela nos muros com a sobreposição das trepadeiras sobre as imagens reivindicatórias.

---

<sup>3</sup> No original: "ocupar, en el sentido de llenar, tomar posesión de, tomar posesión rellenando el emplazamiento del poder que en una sociedad democrática es un lugar vacío".



Fig. 3: Entrada da comunidade LVC antes do mutirão do XVI SeNEMAU. Fonte: Anna Lúcia dos Santos Vieira e Silva, 2012.

Foto 04: Entrada da comunidade LVC um ano após o mutirão do XVI SeNEMAU. Fonte: Anna Lúcia dos Santos Vieira e Silva, 2013.

Foto 05: Entrada da comunidade LVC dois anos após o mutirão do XVI SeNEMAU, durante realização da Copa do Mundo da FIFA. Fonte: Anna Lúcia dos Santos Vieira e Silva, 2014.

### **Tática e resistência nos espaços autônomos**

Esta imagem das trepadeiras expressa a força do que Certeau (1998) define como tática, onde a sobrevivência do mais fraco depende essencialmente de sua invisibilidade frente às ações totalizantes.

[...] O que ela (a tática) ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. [...] Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. [...] Em suma, a tática é a arte do fraco. (CERTEAU, 1998, p. 100-101)

Certeau traz a ideia de tática como um instrumento no contexto do indivíduo para que este realize a sua arte, mas é possível expandir este conceito para as coletividades. Por não possuir um próprio e portanto não incidir poder sobre nenhum território, é que a tática se apresenta funcional à horizontalidade de que tratamos Milton Santos (2001) anteriormente: está sujeita a ocorrer em qualquer espaço, à medida em que este se torne invisível ao poder hegemônico. Nos encontros que se dão nos espaços públicos relegados da cidade, os indivíduos se reconhecem em desejos e lutas comuns — é por meio das alianças improváveis que ela pode se fazer coletiva.

Certeau (1998, p. 175) aborda a cultura ordinária, não como um pano de fundo de uma atividade social, mas como sua própria articulação ao levantar a hipótese de que “as práticas do espaço tecem efetivamente as condições determinantes da vida social”. Para compor o campo das ações definidas através da intencionalidade, organização e aplicação da linguagem, o autor oferece o conceito de táticas urbanas:

Embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, essas táticas desviacionistas não obedecem à lei do lugar. Não se definem por este. Sob esse ponto de vista, são tão localizáveis como as *estratégias* tecnocráticas (e escriturísticas) que visam criar lugares segundo modelos abstratos. O que distingue estas daquelas são os *tipos de operações* nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar. (CERTEAU, 1998, p.92, grifos no original).

O enfoque de Michel de Certeau (1998) passa por análises de relações, operações e ações que implicam em práticas e métodos individuais, interativos, capazes de se apropriar dos espaços urbanos, e de transformá-los criativamente por um “modo de fazer” cotidiano. O autor define a estratégia dentro de um lugar próprio, determinado por forças de poder, enquanto a tática não possui este lugar, ao contrário, é onde a liberdade de movimento não está condicionada por regras externas. Isso permite que a ação esteja onde não se espera e assim, possibilite a surpresa. Sob este ponto de vista, a arte pública que se enquadra em circunstâncias específicas de resistência é tática, se entendermos como estratégico o poder governamental e legislativo sobre o espaço público e, como tática, a ação ilegal de apropriação dos muros e de outros suportes na cidade, para comunicar ao próprio poder público a necessidade de permanência e da relatividade de posse.

As ações de arte praticadas na comunidade resistiram inclusive aos modos habituais de usar e vivenciar a cidade uma vez que foram criadas com artistas de rua da cidade e estudantes de arquitetura e urbanismo de todo Brasil, com convergência de interesses. Apropriaram-se do espaço de forma tática para reforçar e explicitar a legitimidade de sua permanência sobre uma imposição estratégica.

## Considerações finais e possíveis desdobramentos

[...] É nesse caldo de cultura que numerosas frações da sociedade passam da situação anterior de conformidade associada ao conformismo a uma etapa superior da produção da consciência, isto é, a conformidade sem o conformismo. Produz-se dessa maneira a redescoberta pelos homens da verdadeira razão e não é espantoso que tal descobrimento se dê exatamente nos espaços sociais, econômicos e geográficos também “não conformes” à racionalidade dominante. (SANTOS, M. 2001, p. 120)

Após as intervenções mediadas pela universidade no projeto de extensão, houve uma continuidade do trabalho, com desdobramentos criativos, por diversos moradores. Essa continuidade denota uma semente de uma autonomia, de resistência, que possibilita uma compreensão mais abrangente do faça você mesmo em um sentido plural, cotidiano e coletivo.

Atualmente, um novo projeto de ampliação da Av. Lauro Vieira Chaves visa remover, uma vez mais, grande parte da comunidade. Esse processo que se repete continuamente, ainda que sobre diferentes pretextos, revela uma política de exclusão que se sobrepõe a qualquer possibilidade de diálogo ou benefício pontual que se forje.

Que potência resiste na ação tática e autônoma frente à ação estratégica de produção excludente da cidade? Olhar de cima, por uma grande angular ou uma macro escala pode não fazer sentido. Talvez o sentido possa ser visto se observarmos o processo a partir de uma escala real, uma micro escala, entendida nas transformações resultantes dos corpos no espaço, interações humanas, que são

capazes de motivar um desejo latente e um modo de vida que não cessam em resistir porque, ainda que pontuais, são coletivos e, portanto, não podem ser mensurados em termos de futuro em sua abrangência.

## Referências

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DEUTSCHE, R. Agorafobia. In: BLANCO, P.; CARRILLO, J.; CLARAMONTE, J.; EXPÓSITO, M. **Modos de hacer**: arte crítico, esfera pública y acción directa. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2001.

FREITAS, L; FÉLIX, M. Uma nova história longe dos trilhos. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 06 março 2014. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/jogada/uma-nova-historia-longe-dos-trilhos-1.839473>>. Acesso em: 04 ago. 2014.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LAVALLE, A.G. As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. **Espaço & Debates**: espaço público: o conceito e o político, v.25, n.46, 2005.

POL, E. **Cognición, representación y apropiación Del espacio**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1996.

RUBINO, S.; GRINOVER, M. **Lina por escrito**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

SANTOS, B.S. **A universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.